

## **ALTERNATIVAS PARA O ESPAÇO RURAL: importância de compatibilizar políticas públicas com saberes locais**

## **ALTERNATIVES FOR THE RURAL SPACE: the importance of matching politic with local knowledge**

**Aline Weber Sulzbacher**

Geógrafa e Mestranda em Extensão Rural – CCR/UFSM  
linewsulz@yahoo.com.br

**Cesar De David**

Prof. Adj. Depto. de Geociências – CCNE/UFSM  
cdedavid@smail.ufsm.br

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo analisar o contexto das políticas públicas voltadas para a agroindústria familiar rural, buscando compreender suas influências no espaço rural do município de Chapada/RS. O estudo norteou-se pela pesquisa bibliográfica, seguida de entrevistas com agentes e instituições públicas locais para compreender seu papel na promoção da viabilização da agroindústria. Conclui-se que a cooperação entre as instituições, os sujeitos rurais e os agentes de extensão rural são de fundamental importância para que as atividades se consolidem como alternativas viáveis para a agricultura familiar. Além disso, as políticas públicas vêm atentando para esse público específico, processo ainda lento e com grandes lacunas.

**Palavras-chave:** Agroindústria familiar rural. Políticas públicas. Cooperação entre instituições. Agentes de extensão e sujeitos rurais.

**Abstract:** This article has the objective of analyzing the context of the public actions based on the rural family agro-industry, trying to understand its influence in the rural area of Chapada/RS district. The study was guided by the bibliographical research, followed by interviews with agents and local public institutions in order to understand its role in the promotion of agro-industry viability. It can be concluded that the cooperation between the institutions, the rural people and the rural extension agents are very important, so that the activities consolidate as doable alternatives to family agriculture. Beside that fact, public actions are viewing this specific public, process still slow and with big gaps.

**Keywords:** Rural family. Agro-industry. Public policy. Cooperation among institutions, extension agents and rural subjects.

### **Introdução**

Este artigo tem por objetivo analisar o contexto das políticas públicas voltadas para a agroindústria familiar rural, buscando compreender suas influências no espaço rural do município de Chapada, Estado do Rio Grande do Sul. Nesse contexto, cabe

atentar para a importância da cooperação entre as instituições públicas e os sujeitos sociais do campo na busca por alternativas viáveis à agricultura familiar. Esse processo será analisado a partir de duas agroindústrias familiares rurais (*DEVA Delícias Naturais*, de processamento de cana-de-açúcar, e *Pronta Mesa*, que beneficia mandioca) localizadas no município de Chapada/RS, a fim de compreender como as políticas públicas (escala nacional, estadual e municipal) contribuíram para a (re)organização e valorização dessas estratégias de desenvolvimento rural.

O município de Chapada situa-se na porção norte do Estado do Rio Grande do Sul e sua população é de aproximadamente 9.746 habitantes (IBGE, 2000), dos quais 48,59% moram na zona urbana e 51,41% na zona rural. Evidencia-se a importância do setor primário na economia municipal, destacando a produção de soja e milho; e na pecuária, a criação de gado leiteiro e de suínos, características que se somam ao caráter de exploração familiar da pequena propriedade, mantendo a subsistência como garantia para a reprodução das unidades de produção. No espaço rural 70,16% dos estabelecimentos agropecuários têm menos de 20 hectares de terras próprias, num município em que o módulo fiscal<sup>1</sup> corresponde a 16 hectares.

Convém salientar que as duas agroindústrias em questão têm diferentes pontos de partida, fato que deve ser levado em conta na análise da abrangência e/ou nas conseqüências das políticas públicas. A AFR *Pronta Mesa* originou-se da possibilidade de geração de renda às famílias e da disponibilidade de recursos para viabilizar a sua constituição. Após reuniões e visitas a outras agroindústrias, os agricultores decidiram que o produto a ser beneficiado seria a mandioca.

Já na AFR *DEVA Delícias Naturais*, a família apresentava uma tradição na produção de derivados de cana-de-açúcar, principalmente melado, *schmier* e rapadura; com o aumento da demanda pelos produtos houve o interesse do grupo familiar em ampliar a atividade e transformar sua produção artesanal em agroindústria de processamento de cana-de-açúcar.

### **As políticas públicas e as atividades agrícolas**

As políticas públicas influem diretamente na transformação do espaço rural. Oliveira (1999) aponta alguns exemplos de como a ação do Estado é importante para a reordenação territorial:

[...] as ações estimuladas pelo Estado, somadas à própria lógica de concentração do capital a partir dos grandes centros metropolitanos, fizeram surgir no campo brasileiro uma reordenação territorial, produto da combinação contraditória e desigual da expansão da agricultura. (OLIVEIRA, 1999, p. 94)

Alguns exemplos de tal processo foram apontados por Oliveira (1999) como a ação do Estado por intermédio da política de incentivos fiscais para o reflorestamento que contribuiu para alterar, em várias áreas do país, o uso da terra; a ação do Estado na articulação e na formação de grandes cooperativas no Sul do Brasil, via política de cooperativismo que possibilitou a expansão da cultura da soja no planalto meridional brasileiro, e a atuação do Estado voltada para a colonização da Amazônia, dentre outros.

Na história brasileira, a paulatina modernização da agricultura atendeu prioritariamente a elite agrária que detinha o poder econômico e, portanto, político. Isso vem ocorrendo desde a Lei de Terras de 1850, continuou com a promulgação da Constituição de 1891 e depois com o Código Civil de 1916, que buscou regulamentar as relações de trabalho no campo, favorecendo a manutenção da grande propriedade (BASTOS, 2006). Durante aquele período, as políticas públicas forneceram os alicerces para que o capitalismo criasse condições de reproduzir-se no campo brasileiro.

Esse avanço foi viabilizado também por um ambiente institucional favorável, representado, entre outras medidas, pela criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965, em que o Estado, associado ao capital financeiro e ao capital industrial, comanda a capitalização no campo, com a mudança na base técnica e a buscando menor dependência da natureza (BASTOS, 2006).

No Brasil, a agricultura familiar só começou a crescer a partir dos anos 1990, com a criação de políticas públicas como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)<sup>2</sup> e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), além do revigoramento da Reforma Agrária. A formulação das políticas favoráveis à agricultura familiar e à Reforma Agrária veio ao encontro, em especial, das reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e à pressão dos movimentos sociais organizados,

mas está fundamentada também em formulações conceituais desenvolvidas pela comunidade acadêmica nacional e apoiada em modelos de interpretação de agências multilaterais, como a Food and Agriculture Organization (FAO), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Banco Mundial (OLALDE, 2006).

No Rio Grande do Sul, as políticas públicas, coerentes com o modelo da Revolução Verde, foram responsáveis pela transformação da paisagem rural e pela diferenciação social no campo. Isso se deu, principalmente, através do estímulo ao plantio de trigo na década de 1960 e, a partir de 1980, mais incisiva e predominantemente, ao binômio trigo-soja. Nesse contexto, principalmente a monocultura da soja no Estado, inclusive a transgênica, foi responsável, por uma série de conseqüências, dentre as quais se destacam o grande impacto ambiental e o êxodo rural.

É preciso reverter essa realidade, pois segundo estudos do INCRA/FAO (2000) os agricultores familiares representam 85,2% do total de estabelecimentos, ocupam 30,5% da área total e são responsáveis por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional, recebendo apenas 25,3% do financiamento destinado à agricultura. Na região Sul, os agricultores familiares representam 90,5% de todos os estabelecimentos. Esses dados mostram claramente a necessidade de maiores investimentos na produção familiar.

Na análise de Veiga (1998), a percepção social sobre as vantagens que podem trazer as políticas públicas de expansão e fortalecimento da agricultura familiar evoluiu bastante nos últimos anos:

o caráter industrial da agricultura capitalista no país possibilitou a produção em grande escala das culturas cuja obtenção de preços altos no mercado garantiam lucro certo nesses empreendimentos. O Estado atuou estimulando esses setores competitivos, deixando praticamente abandonados aquelas culturas que têm se constituído, historicamente, na alimentação básica dos trabalhadores brasileiros. (OLIVEIRA, 1999, p.93/94)

Com o intuito de (re)valorizar o espaço rural e promover o seu desenvolvimento, o MDA (2004) tem construído projetos de apoio às alternativas para a agricultura familiar como, por exemplo, as atividades agroindustriais de característica familiar. Para tanto, atribui à agroindústria a responsabilidade pelo beneficiamento e/ou transformação

de produtos agrossilvopastoris, aquícolas e extrativistas, abrangendo desde processos mais simples até os mais complexos, incluindo o artesanato no meio rural.

No entanto, o processo de constituição de uma agroindústria familiar rural não ocorre de forma simultânea à criação de um ambiente institucional de incentivo à atividade. Na análise de Mior (2005, p. 209),

a transformação da atividade de processamento de alimentos para a agroindústria familiar rural é vista como um dos maiores desafios para a consolidação desta nova estratégia de produção e consumo de alimentos. Várias são as exigências, que vão desde a questão fiscal, passam pela ambiental e, principalmente, sanitária, que estão sendo enfrentadas pelos agricultores familiares e suas representações.

As políticas públicas têm representado, na atualidade, a tentativa de retirar a produção artesanal de alimentos da informalidade, principalmente sob a égide da segurança alimentar, uma questão que se torna problemática por duas razões: a necessidade de garantir qualidade ao produto e as implicações na reorganização da produção por parte dos agricultores familiares envolvidos na agroindústria. Conseqüentemente, ao mesmo tempo em que a legalização propicia uma produção com maior qualidade, também pode ser um empecilho para que a atividade se desenvolva e seja viável à pequena propriedade rural.

Nesse ponto, uma problemática é contundente: a legalização das unidades familiares de processamento de alimentos promove a sua expansão ou retração? E em que contexto socioeconômico a legalização permite ao grupo familiar qualificar seus produtos sem descaracterizá-los? Essas e outras questões serão discutidas a seguir.

### **A agroindústria familiar rural e a influência das políticas públicas**

Para compreender a abrangência e as conseqüências das políticas públicas na atividade de produção artesanal de alimentos é necessário primeiro identificar tais políticas, suas propostas e amplitude para, em um segundo momento, analisar como repercutem no caso em estudo.

Como programa de Governo, em escala federal, o processo de constituição legal de uma agroindústria familiar rural foi proposto a partir do ano de 2003, quando o MDA publicou o *Programa de Agroindustrialização da Produção dos Agricultores Familiares (2003/2006)*, com o objetivo principal de apoiar a agroindustrialização da

produção dos agricultores familiares e a sua comercialização, de modo a agregar valor, gerar renda e oportunidades de trabalho no meio rural, com a conseqüente melhoria das condições de vida das populações beneficiadas (MDA, 2004).

Construído com vistas ao desenvolvimento rural sustentável, o Programa contempla cinco dimensões: a dimensão *econômica* (quer o crescimento da produção e da produtividade e a inserção competitiva dos agricultores familiares no mercado, através da agroindustrialização); a dimensão *social* (envolve a equidade de acesso a serviços de bem-estar social); a dimensão *ambiental* (uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a preservação permanente e/ou sua recuperação); a dimensão *institucional* (prevê a cooperação entre todas as instituições, desde municípios vizinhos até os sistemas de pesquisa e extensão); a dimensão *política* (significa a luta pela cidadania, pela gestão social, participação etc); a dimensão *espacial* (potencializar o uso do espaço, desconcentrar a população e a renda) e a dimensão *cultural* (considera estratégica a manutenção e valorização da cultura e da realidade local).

Essas dimensões complementam-se com estratégias para iniciar e ampliar a comercialização, pautadas principalmente na qualidade e na diferenciação do produto oriundo da agroindústria familiar rural. Como justifica o MDA (2004, p. 09):

[...] é necessária a promoção de uma nova relação mais estreita da pequena agroindústria com os consumidores [...] teria base em um “*conceito referencial*” de qualidade, com uma categorização dos produtos, constituindo e fortalecendo marcas locais da agricultura familiar, associadas à sua cultura e à sua realidade .(grifo nosso).

Assim, a realidade e a cultura estão intrínsecas na qualidade do produto artesanal, justamente o que o consumidor busca no “leite gordo da vaca”, no “ovo de gema laranja”, no “frango caipira”, na “massa caseira” e na “bolacha da vó”. Essa identidade representa uma série de significados que o transportam à infância, à natureza, ao meio rural, à família, a seus antepassados e lembranças agradáveis que os alimentos recordam (ZIMERMANN, 2006). Os produtos que têm características coloniais são mais bem recebidos pelos consumidores, daí serem necessárias políticas que fomentem o desenvolvimento de tal atividade dentro da perspectiva da produção familiar.

Compreendendo a atividade como um processo complexo, Prezotto; Bavaresco; Silva (2005) elaboraram o *Manual de Orientações para Concepção de Projetos Agroindustriais da Agricultura Familiar*, no intuito de contribuir para o planejamento

de atividades agroindustriais no país. Nesse documento, os autores propõem um roteiro metodológico para planejar cada passo da constituição da agroindústria, desde a organização dos agricultores até a comercialização do produto.

Os autores enfatizam a importância de um planejamento minucioso de cada etapa da organização do processo produtivo, seus custos socioeconômicos e as perspectivas de mercado.

Para que a agroindústria consiga resultados positivos é necessário que as produções, primária e agroindustrial, e a comercialização estejam ordenadas e sintonizadas. É indispensável, portanto, o planejamento e a execução de etapas preparatórias que antecedem a elaboração dos projetos, além de promover a sensibilização para o apoio das instituições como os municípios, as unidades da federação, os movimentos sociais e outras, para participarem conjuntamente do desenvolvimento dessa atividade. (PREZOTTO; BAVARESCO; SILVA, 2005, p. 03).

De acordo com os autores, a proposta metodológica compreende um longínquo e fundamental processo de discussão com as unidades de produção familiar interessadas, a definição do produto estratégico e a elaboração do projeto. Há duas formas de constituição das agroindústrias: a individual (uma família) e a grupal/coletiva, que pode ser uma associação, condomínio, cooperativa e/ou sociedade empresarial<sup>3</sup> (MDA, 2004).

A associação é constituída por pessoas organizadas com fins não-econômicos, como é a agroindústria familiar rural *Pronta Mesa*, objeto deste estudo. Em geral, o patrimônio dos sócios não é atingido pelas dívidas contraídas pela associação, cujo patrimônio não se confunde com o de seus membros. O objetivo da associação é definido no seu estatuto social, no qual é caracterizada a finalidade da sociedade, ou seja, o motivo para o qual é criada. Esse motivo pode ser de caráter social, filantrópico, científico e cultural (PREZOTTO; BAVARESCO; SILVA, 2005).

A agroindústria familiar rural *Pronta Mesa* foi construída cinco anos após a formação da associação *Grupo de Agricultores Juntos Venceremos* (GAJV). O GAJV surgiu com financiamento concedido pelo Banco do Brasil para agricultores organizados em grupo. A partir de então, criou-se o ambiente para que a associação se consolidasse, conforme relatam os agricultores:

[...] naquela época nós não tínhamos nem idéia da mandioca quando nossa associação começou [...] aquela vez tinha os primeiro PRONAF em grupo, daí tinha que ter grupo e daí nos fizemos a reunião e convocamos o pessoal e montamos um grupo (pausa) financiamos vacas, não era associação naquela época, era só o grupo [...] pegamos o dinheiro, daí era cinco anos pra pagar, mas conseguimos liquidar em três anos, aí financiamos de novo [...] eu acho

que naquela foi o espalhador [de esterco] ai cada um financiou diferente, mas todos financiaram, mas foi em grupo e cada um financiou o que precisava[...] (AF04<sup>4</sup>).

[...] veio um dinheiro pelo Governo, um financiamento pra pequenos agricultores, mas precisa ter associação, aí começamos a ir atrás de papel. Consegui a metade dos papéis pra entrar no banco e o primeiro grupo que recebeu o dinheiro foi o nosso, aí os nossos cara compraram ordenhadeira, resfriador a granel (pausa) investiram na propriedade aquele dinheiro. Daí nós começamos a organizar o CGC, registrar o grupo e a fazer o estatuto, tudo com ajuda da EMATER, no que se apertava pedia pra eles e pro contador da prefeitura, era advogado e tudo, ele revisou o estatuto e viu se tava tudo certo[...] (AF10).

Em 2004, sob orientação e apoio da EMATER/ASCAR<sup>5</sup> foram realizadas reuniões para discutir a possibilidade de montar uma agroindústria, tendo em vista os recursos do RS Rural<sup>6</sup>. Tomada a decisão, iniciou-se um longo processo, permeado por uma série de desafios, como o de mobilizar recursos internos e/ou externos para a unidade de produção familiar, visando à concretização do projeto (MIOR, 2005). Um desses desafios era definir o produto a ser beneficiado:

[...] veio aquela ajuda do RS Rural e aí a gente se reuniu [...] ih, acho que foi um ano discutindo até que nós chegamos realmente ao que nós queria, tinha várias idéias: mel, mandioca, salame, frango, até cachaça e daí ficou a da mandioca. Optamos por uma coisa que todo mundo tinha, todo mundo planta um pouco e aí ficou mais fácil e tinha que ser uma coisa que todo mundo queria[...] (AF04).

Após a opção pela mandioca, era preciso montar o projeto e discutir as formas de viabilizar e legalizar a atividade, além de providenciar cursos de qualificação para os agricultores,

[...] e daí nos reunimos com a Emater, fomos atrás de recurso, fomos para Montenegro fazer curso [...] a idéia começou em 2002 e ai marcamos pra 2003 descer pra Montenegro, foi uma turma e outra turma foi em 2004, e daí em 2005 começamos a construir (AF04).

A fim de avançar no processo, a Prefeitura Municipal cedeu a mão-de-obra especializada para construir a agroindústria enquanto a associação proveu a outra parte da mão-de-obra, parceria que garantiu sua rápida evolução. Em março de 2006 foi inaugurada a Agroindústria de Mandioca *Pronta Mesa*.

A necessidade de adquirir uma câmara fria foi a questão que gerou grande polêmica no grupo, devido ao elevado custo, como esclarecem os depoentes

[...] tudo foi decidido em reunião, foi difícil [...] no início nós pensamos em comprar freezer, aí chegou uma hora que nós tinha conseguido emprestado e tava com uns 10 freezer roncando lá e pagamos um monte de luz. Daí a



Emater orientou para colocar uma câmara fria, que vai uns 10 mil kg, e paga bem menos luz, daí conseguimos financiamento (pausa) corremos tipo bicho [...] aí tudo certo pro grupo financiar e na hora “h” não podia financiar pelo grupo, daí tivemos que pegar o pessoal que ainda tinha crédito no banco, aí eles financiaram e os outros entraram como avalistas [...] mas foi complicado, tivemos que conversar muito para todo mundo aceitar... (AF04)

[...] o mais difícil era que a gente tinha o produto e não tinha como guardar o produto pro ano inteiro, até que a gente optou então por comprar a câmara fria e essa foi uma saída, e por isso hoje tá caminhando, tá caminhando e sempre pensando em melhorar e crescer [...] e tá crescendo. (AF09)

Todavia o alto custo de investimento preocupa, ainda mais que são pequenas unidades de produção com margens reduzidas para investir sem retorno imediato.

[...] olha, até na última reunião nós comentamos: nós não precisava ter comprado a câmara fria, mas ia fazer o que hoje? Vender só pra Chapada? Até nós conversamos que vai ter dificuldade pra pagar agora em julho, mas ia ser pior se não tivesse e nós avaliamos estes dias (pausa) tá andando, a embalagem vai dar para pagar, já é alguma coisa, não precisa tirar dinheiro do bolso e aí por fim o pessoal achou que valeu a pena! E até julho já tem bastante coisa pra vender [...] então acho que sobra. (AF04)

Na Tabela 1 estão demonstrados os custos gerais aproximados que a Associação empregou, para projetar, construir e registrar a atividade agroindustrial.

Tabela 1 – Custos estimados para a construção da agroindústria *Pronta Mesa*

Descrição	Valor Cotado (R\$)
Prédio da Agroindústria	12.379,40
Material permanente	7.142,00
Câmara Fria	16.000,00
<b>Total</b>	<b>35.521,40</b>

Fonte: EMATER/ASCAR e agricultores, 2007.  
Org.: Sulzbacher, A. W.

Os dados mostram que a construção da atividade para garantir uma comercialização em conformidade com a legislação exige um investimento inicial muitas vezes inacessível aos estabelecimentos rurais, daí a importância das políticas públicas de fomento, além da organização dos agricultores para viabilizar parcerias com os órgãos públicos do município e as demais instituições, principalmente nos anos iniciais da atividade.

A fim de suprir esses custos iniciais, o GAJV, com o auxílio da EMATER/ASCAR, encaminhou projeto para viabilizar recursos públicos ao RS Rural, projeto Especial PANPA e ao PRONAF Investimento, conforme discriminado na tabela 2.

Tabela 2 – Valores investidos na construção e viabilização da atividade

Programa	Valor Cotado (R\$)
PRONAF Investimento	20.000,00
Recursos dos Beneficiários	2.520,00
Recursos Prefeitura Municipal	2.800,00
RS Rural PANPA	20.125,57
<b>Total</b>	<b>45.445,57</b>

Obs.: Ao comparar as duas tabelas percebe-se uma diferença de 9.924,17 mil reais, entre o valor estimado para construção e o valor real utilizado, que é designado ao capital de giro inicial e a compra das embalagens.

Fonte: EMATER/ASCAR e agricultores, 2007.

Org.: Sulzbacher, A. W.

Além da carência de recursos financeiros, outro obstáculo a ser superado era viabilizar a comercialização, uma vez que a associação não tinha fins lucrativos, e portanto, não dispunha de nota fiscal, como já foi esclarecido por Prezotto; Bavaresco ; Silva (2005). Para solucionar esse empecilho, chegou-se à conclusão de que o GAJV poderia ter modelo de produtor e, que para tanto, bastava que algum agricultor cedesse ou arrendasse terra. Desta forma, foi registrado um contrato de concessão de uso da terra para o GAJV por um dos sócios e, a partir daí a associação pôde comercializar seus produtos com nota fiscal de produtor.

No documento encaminhado pela EMATER/ASCAR à Secretaria da Agricultura e Abastecimento pleiteando recursos do RS Rural PANPA, há a seguinte discriminação da atividade que vinha sendo concebida:

a indústria foi projetada para processar anualmente 25 toneladas de mandioca, com a matéria-prima produzida pelos associados do Grupo. Em termos de faturamento da produção processada e baseado em pesquisa no mercado local e regional, carente deste tipo de produto, estima-se o faturamento de R\$ 42.500,00 por ano com preço do kg sendo entregue pela indústria a R\$ 1,70. Considerando o custo da matéria prima, energia elétrica, embalagens e distribuição em 40% do valor final do produto, agrega-se R\$ 25.500,00 a renda anual destas 12 famílias<sup>7</sup>, correspondendo a R\$ 2.125,00 de incremento de renda por ano para cada família beneficiária. (EMATER/ASCAR, 2004).

No ano de 2006 foram comercializados aproximadamente 240 kg de mandioca *descascada* por semana, gerando um montante de 11.520 kg/ano, que comercializado aproximadamente a R\$ 1,40 o quilo, equivale a uma renda bruta de 16.128,00 reais/ano. Outra questão a ser levantada é que a associação decidiu por ora, investir em capital na

agroindústria, fazer com que ela possa honrar o pagamento dos financiamentos e posteriormente se auto-sustentar e garantir recursos para as famílias. Para o ano de 2007 a estimativa de comercialização é de 60 toneladas, fruto da conquista de novos mercados e da aceitação do produto pelo consumidor final.

Por sua vez, a *AFR DEVA Delícias Naturais* foi beneficiada com um programa de incentivo a agroindústrias familiares do governo estadual, criado em 1999: o Sabor Gaúcho. No Rio Grande do Sul, esse programa foi responsável pela qualificação e pela reestruturação da produção artesanal, estimulando a criação de várias atividades agroindustriais familiares rurais. A adesão em favor da proposta de implantação de agroindústrias familiares foi significativa, gerando grande número de unidades de produção em diferentes estágios tecnológicos e em situações diversas em relação ao cumprimento de requisitos legais. Importante ressaltar que muitas dessas agroindústrias atuais são oriundas do recente final do século XX, portanto sem aquela tradição construída pelos antepassados (SILVEIRA et al., 2006).

No caso da *DEVA*, a interlocução com as instituições públicas para garantir o financiamento e viabilização da atividade ocorreu de forma muito semelhante ao caso da *Pronta Mesa*. No entanto, alguns aspectos são marcantes, como o conhecimento tradicional do grupo familiar acerca da produção artesanal de melado, *schmier*<sup>8</sup> e rapadura, e onde as tecnologias adotadas na agroindústria foram adaptadas de forma a diminuir o esforço manual sem perder a qualidade e as características artesanais da produção, elementos que garantem o diferencial dos produtos finais.

Essas constatações mostram que as políticas públicas de incentivo e financiamento foram de fundamental importância para que as atividades agroindustriais analisadas se consolidassem e atendessem aos padrões sanitários exigidos. A busca pela legalização da atividade ocorre sob a expectativa de ampliar a comercialização, uma prerrogativa que pode ser falsa se o grupo não estiver preparado para enfrentar um mercado competitivo e, principalmente, se não houver algum agricultor que se interesse pela atividade comercial.

Dessa forma, a transformação da produção pelo incremento de tecnologia ocorre, mormente em função da necessidade de garantir uma renda adicional à família e que pode ser incrementada, tendo em vista o aumento da escala de produção. E esse processo pode ser menos doloroso se for devidamente planejado e amadurecido,

principalmente com o grupo ou com cada agricultor em particular. É de fundamental importância conhecer as expectativas e potencialidades do mercado que se busca atingir, seja local ou regional. Além disso, o planejar e o organizar a atividade, calculando custos e estabelecendo formas de pagamento, também são indispensáveis porque permitem ao produtor ver claramente como deverá ser conduzido o processo para que a atividade atinja seus objetivos.

### **Legalização *versus* descaracterização: impasses teoria e prática na agroindústria familiar rural**

A legalização da atividade agroindustrial familiar rural não pode representar entrave ou retrocesso no seu processo de consolidação como alternativa para a agricultura familiar. No entanto, é evidente que uma fiscalização e controle sanitário são necessários, pois a atividade produz e processa alimentos, que serão consumidos pela população e, portanto, precisam apresentar padrões de qualidade. A questão que emerge nessa perspectiva é: qual o tipo de legislação necessária para atender a um universo tão diferenciado de produção?

Cabe destacar o diferencial entre as inspeções sanitárias para os produtos de origem animal e para os produtos de origem vegetal. Para os produtos de origem animal os dois principais serviços de controle qualitativo dos alimentos são ligados aos órgãos da agricultura ou da saúde, federal, estadual ou municipal. Para os produtos de origem vegetal, os órgãos de fiscalização federal geralmente atuam em convênio com os estados, e estes, com os municípios, facilitando o registro das agroindústrias, o que pode ocorrer em qualquer uma dessas instâncias. Depois de registrada a atividade, o produto pode ser comercializado em todo o território nacional. Para obter a licença ambiental a agroindústria deve ser registrada no órgão estadual de meio ambiente mediante a apresentação dos documentos exigidos, entre os quais mapas e/ou croquis de localização, dados de identificação da atividade etc. (PREZOTTO, 2001).

Ao analisar o impacto da legislação sobre as agroindústrias, Prezotto (1997) adverte sobre o Decreto 30.691, de 1952:

[...] trata-se de normas para a produção do tipo industrial [...]. Pode-se constatar [...] as pesadas exigências em instalações e equipamentos [...]

implica um grande volume de recursos financeiros para a implantação de uma unidade de transformação. Esse volume de recursos não se justifica economicamente para uma pequena agroindústria. Em função de sua pequena escala de produção, ela não gera receita suficiente para retornar o capital investido, tornando assim inviável o empreendimento. (PREZOTTO, 1997, p. 10).

Nesse contexto, é oportuna uma reflexão e principalmente uma aproximação entre o ambiente institucional e a realidade das pequenas agroindústrias. Esse processo pode ser potencializado através da própria mobilização e organização dos agricultores para reivindicar uma legislação adequada a sua realidade, considerando sempre a qualificação das instalações e os critérios de higiene e limpeza que são essenciais para a produção de alimentos de qualidade, como foi verificado em trabalhos de Guimarães (2001) e Prezotto (1997), entre outros.

Uma legislação sanitária rigorosa para fiscalizar uma produção em massa vinha ao encontro da concepção de que a segurança alimentar seria garantida através da competência técnico-científica, sendo capaz de prever e controlar os perigos que poderiam ameaçar a saúde e o bem-estar do cidadão. Nessa concepção, o perigo vem de fora do alimento, que precisa ser protegido de efeitos externos – condições ambientais ou ações humanas – que poderiam causar “contaminação” (SILVEIRA, 2006).

Reside aí a razão pela qual legalizar uma agroindústria familiar rural exige incorporar técnicas de produção e tecnologia que garantam o controle de qualidade, em nome da segurança alimentar. Sendo assim, sob a intenção de legalizá-la ou até mesmo iniciá-la, o produtor rural passa por um processo de adaptação a novas tecnologias que permitem a ampliação de sua escala de produção. Silveira e Heinz analisam (2005, p. 02) esse problema:

nos casos em que a opção é realizar o investimento, observa-se um conjunto de conseqüências advindas do aumento de escala de produção para alcançar a capacidade de pagamento necessária: a incompatibilidade entre disponibilidade de matéria-prima e produção almejada, a concorrência da atividade agroindustrial com as demais atividades realizadas na unidade de produção familiar por recursos de mão-de-obra, capital e, eventualmente, terra, além da descaracterização do processo artesanal de produção ao adotar-se um padrão industrial (originado na introdução de máquinas e equipamentos que permitem um controle rígido dos procedimentos de produção).

Tais conseqüências podem representar uma perda da qualidade *artesanal*, seja da atividade agroindustrial familiar, seja da própria família ou grupo que desempenha essa

atividade, uma vez que a agroindústria se torna uma “indústria”: deixa de ser um complemento da atividade agrícola, e passa a ser uma única atividade centralizadora das funções agrícolas na propriedade.

Considerando que para obter o financiamento, o alvará e a licença ambiental que lhe permitem comercializar seus produtos o produtor se submete a uma porção de regras e normas, que, por sua vez, podem descaracterizar a sua atividade, cabe aqui uma séria indagação: em que medida o caráter artesanal de produção da agroindústria familiar rural se mantém após a legalização?

Nessa discussão, convém destacar o depoimento do grupo familiar ao referir-se às maiores dificuldades enfrentadas pela AFR *DEVA Delícias Naturais*:

[...] o mais difícil no início foi o giro [capital financeiro] conseguir tudo, liberar pra começar (pausa) porque saindo do manual e entrar pra uma agroindústria essa mudança aí no meio fez que nós tinha que mudar a forma de fazer [...] tinha que aprender, na manual pra agroindústria muda muito por causa das máquinas [...] como a gente fazia manual não serviu na agroindústria, não saiu o produto desejado, então tinha que mudar o jeito, ver o sistema de como fazer, adaptar e isso era muito difícil, nos primeiros anos sofremos muito até acertar.

A regularização da atividade e a construção da agroindústria exigem também que o agricultor (re)aprenda e (re)organize sua atividade, ou, como no caso da *DEVA*, um processo árduo, em que a família teve de testar várias vezes, inclusive perdendo parte da produção, por não apresentar boa qualidade<sup>9</sup>. Esses problemas de adaptação do produto artesanal ao incremento de tecnologia podem inibir o desenvolvimento da atividade, contrariando toda a expectativa de geração de renda e trabalho para a família, potencializando o endividamento e, muito provavelmente, o êxodo rural.

Estes aspectos negativos podem ser prevenidos com o planejamento minucioso da atividade e também com os cursos de aperfeiçoamento em que os produtores podem conhecer outras experiências e apreender mais elas.

Na constituição das agroindústrias familiares *DEVA Delícias Naturais* e *Pronta Mesa* pôde-se perceber o processo de trabalho que foi desenvolvido, principalmente durante a concepção da atividade, para tornar o grupo familiar ou o coletivo de agricultores consciente da atividade que estão dispostos a exercer. Desta forma, o que inicialmente os deixa mais preocupados é a dimensão econômica, pois o investimento a

ser feito na pequena propriedade pode se tornar elevado e um empreendimento de risco se não for bem estruturado e detalhadamente planejado em suas diferentes dimensões.

O Programa de Agroindustrialização do MDA (2004) prevê a disponibilidade de recursos financeiros, em duas linhas de crédito, para viabilizar a atividade: o PRONAF Agroindústria e o PRONAF Custeio de Agroindústrias Familiares<sup>10</sup>, que visam a contribuir no processo de legalização das agroindústrias,

O PRONAF [...] através da sua Linha de Financiamento da Produção, disponibiliza modalidades de crédito para atividades de agregação de valor aos produtos da agricultura familiar. Tendo como público os agricultores familiares classificados como grupo C ou D [...], essas modalidades possibilitam o financiamento de diferentes tipos de projetos agroindustriais, desde atividades individuais até conglomerados de pequenos empreendimentos coletivos. (SAAFI, 2005, p. 13).

A fim de orientar a constituição de um projeto agroindustrial, foi criado o software Sistema de Apoio à Avaliação Financeira de Empreendimentos Agroindustriais (SAAFI), para construir uma Unidade Central de Apoio Gerencial com suas respectivas doze Unidades Agroindustriais (modelo hipotético). Para exemplificar as dimensões pelas quais o SAAFI se fundamenta, utilizar-se-á o projeto modelo de produção de açúcar mascavo, melado e rapadura, cujas estimativas estão demonstradas na tabela 3.

Tabela 3 – Estimativa de custos de instalação e viabilização de uma UCAG com suas respectivas UAs de produção de açúcar mascavo, melado e rapadura

<b>UNIDADE CENTRAL DE APOIO GERENCIAL - UCAG</b>	
Investimento fixo em equipamentos UCAG	R\$ 58.137,50
Gasto anual com salários administrativos da UCAG	R\$ 220.140,48
Total dos gastos com insumos da UCAG	R\$ 14.534,53
<b>Total de custos administrativos anuais da UCAG</b>	<b>R\$ 292.812,51</b>
<b>Total de custo administrativo da UCAG mensal</b>	<b>R\$ 24.401,04</b>
<b>UNIDADE AGROINDUSTRIAL - UA</b>	
Estimativa do custo fixo total anual da UA	R\$ 52.680,56
Total a ser aplicado em capital de giro UA	R\$ 114.645,41
Total a ser aplicado em equipamentos da UA	R\$ 94.214,60
Total a ser aplicado em obras civis	R\$ 54.532,22
<b>Total de uma Unidade Agroindustrial</b>	<b>R\$ 316.072,79</b>
TOTAL DE DOZE UAs	R\$ 3.792.873,48
<b>Custo total de viabilização no primeiro ano de uma UCAG e das UAs</b>	<b>R\$ 4.085.685,99</b>

Fonte: SAAFI, [?]

Org.: Sulzbacher, A. W.

Diante da magnitude desses valores, cabe uma indagação para refletir: qual tipo de público e de desenvolvimento as políticas públicas vêm estimulando? Outro exemplo são os encargos e a legislação relacionada à implantação de projetos agroindustriais, que englobam: a sanitária; a fiscal e tributária; a cooperativista; a ambiental, e a trabalhista e previdenciária, além das cobranças de taxas dos conselhos de classes.

No Programa, o MDA prevê ações para minimizar seu impacto na atividade agroindustrial,

[...] o programa desenvolverá ações, naquilo que for pertinente, no sentido de propor adaptações e/ou disponibilizar orientações e/ou de criar facilidades referentes às legislações, nas esferas federal, estadual e municipal. Serão disponibilizados materiais técnicos e/ou de orientação sobre essa temática. (MDA, 2004).

No caso em estudo, as agroindústrias não foram contempladas com o PRONAF Agroindústria (custeio ou investimento). Os programas utilizados foram o RS Rural, modalidade projetos especiais, e o PRONAF Investimento, para aquisição da câmara fria. Neste último caso, apenas quatro produtores ainda dispunham de crédito no banco, por isso fizeram o financiamento e os demais foram avalistas<sup>11</sup>. Um grande esforço desnecessário e evitável com as possibilidades do PRONAF Agroindústria Investimento, que eles desconheciam.

Dessa forma, considera-se que a legislação pode inviabilizar o desenvolvimento da atividade agroindustrial na pequena propriedade rural ou então descaracterizar o produto “artesanal”. No entanto, se ela for acompanhada de um processo de adaptação e de constante aprendizado, entre agricultor, técnico e consumidor, buscando a superação dos problemas advindos da adequação das tecnologias à produção artesanal, pode impulsionar o desenvolvimento, não só da atividade, mas da propriedade como um todo.

No caso da AFR *DEVA Delícias Naturais*, após o longo e difícil processo de adaptação e (re)aprendizado o grupo familiar conseguiu elevar a qualidade e ampliar a escala de produção mantendo as características implícitas no ‘produto colonial’: sabor, aparência e cheiro. Já na AFR *Pronta Mesa* a constituição da atividade e sua adequação à legislação sanitária foi um obstáculo a ser superado. No entanto, após a organização dos agricultores, do processo de produção e da comercialização, a atividade começa a desenvolver-se com boas perspectivas.



Diante do exposto, cabe a indagação: qual seria a legislação ideal para garantir a produção de alimentos seguros ao consumidor sem descaracterizá-los como artesanais?

A resposta pode ser encontrada em Prezotto (2002a):

[...] ao analisarmos a legislação que se relaciona ao controle da qualidade dos alimentos, percebemos que os mecanismos e critérios previstos para liberação de alimentos para o consumo humano, não levam em conta a multiplicidade de aspectos que compõem – ou que definem, num sentido amplo – a qualidade dos produtos. (PREZOTTO, 2002a, p. 291).

Prezotto (2002a, p. 291) cita Lagrange (1995) para quem uma qualidade ótima é a que sintetiza várias qualidades: sanitária; nutricional; organoléptica; regulamentar. Mas o próprio Prezotto (2002a) propõe um método que transcenda as características técnicas da qualidade, incluindo também os aspectos sociais, culturais e ambientais.

Silveira e Heinz (2005) compartilham dessa reflexão e compreendem a qualidade ampla em consonância com os seguintes aspectos: ecológicos, que envolvem o processo de produção da matéria-prima e do produto final, evitando a utilização de insumos químicos nocivos à saúde das pessoas ou ao meio ambiente; organolépticos<sup>12</sup>, que se referem a uma boa aparência, incluindo cor, aroma, textura e sabor, dentre outros; nutricionais, uma composição de nutrientes favorável à nutrição humana; sociais, envolvendo a disponibilidade de produtos de qualidade e condizentes com a realidade da maioria da população, e a geração de tecnologias adequadas à realidade da pequena propriedade familiar, dentre outros; culturais, que valorizam o saber popular tradicional e social presente no alimento artesanal.

O método normativo de qualidade ampla contempla um procedimento que envolve a participação do produtor na constante avaliação do processo de produção e a possibilidade de aprendizado e de conscientização, de caráter processual e participativo. Dessa forma, as interações do saber popular com o científico geram normas, metas e indicadores, os quais direcionam as ações e objetivos a serem alcançados (SILVEIRA ; HEINZ, 2005).

A constante busca pela qualidade passa a ser um processo de formação permanente que

[...] se inicia com a identificação dos pontos críticos do processo de produção e, a partir daí, define-se os elementos necessários para sua superação, sejam estruturais ou de procedimentos (relativos às práticas e ao conhecimento de cada sujeito envolvido). [...] A partir dos pontos críticos estabelece-se um plano de ação para reestruturação<sup>13</sup> e qualificação, adequadas a cada unidade de produção artesanal de alimentos. [...] o controle da qualidade na

perspectiva normativa deve considerar o processo de produção como um todo, desde a matéria-prima até o consumo final, evitando centrar a responsabilidade somente para a etapa de processamento. (SILVEIRA ; HEINZ, 2005, p. 07)

Como esse método abrange todo o processo de produção, a sua aplicação poderia tornar a atividade agroindustrial um pouco mais adequada à realidade da agricultura familiar, sem desconsiderar aspectos de fundamental importância, como a segurança alimentar e os impactos ambientais.

Esse método poderia ser objeto de estudo e aplicação<sup>14</sup> nas atividades agroindústrias do município de Chapada, passando por um processo de discussão com os agricultores e demais instituições, com vistas ao desenvolvimento rural.

### **Considerações Finais**

No seu estudo acerca das agroindústrias familiares rurais no Oeste Catarinense, Mior (2005, p. 186) esclarece:

o mapeamento das políticas públicas de apoio ao desenvolvimento da agricultura e da agroindústria familiar evidenciou a existência de um processo de mudança na regulação do desenvolvimento rural. As políticas públicas estão caminhando para abordagens mais endógenas [...] do âmbito federal, passando pelo governo estadual, há iniciativas de desenvolvimento que potencializem a agricultura familiar, a partir de abordagens mais participativas.

A participação mais efetiva dos agricultores familiares pode ser alcançada com o associativismo, grande potencializador das estratégias locais de desenvolvimento rural. A integração dos pequenos agricultores e de seus familiares no sistema associativista é uma experiência que está sendo praticada principalmente para enfrentar a concorrência e atender o grande e exigente mercado final, onde atua a agroindústria (MIN, 2004).

Silveira e Heinz (2005) compreendem a cooperação como elemento agregador no processo de viabilização da produção artesanal, no qual a solidariedade e o compartilhamento de objetivos e metas é a alavanca da economia solidária em gestação. Pedagogicamente, o aprender coletivo é essencial para a troca de experiências e conhecimentos, para definir processos cooperativos e para a descentralização necessária dos interesses individuais que possam vir a gerar conflitos no grupo e dividir esforços.

Há também a possibilidade de expandir as atividades agroindustriais familiares rurais, principalmente no município de Chapada, através da constituição de redes, modelo fundamentado em sistemas locais de desenvolvimento como é o caso do Queijo Parmigiano-Reggiano<sup>15</sup> na Itália e da Unidade Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense<sup>16</sup> (MIOR, 2005).

A questão de potencializar as redes coloca em cheque a unidade territorial municipal como estratégica no desenvolvimento rural. A formação de redes garante o desenvolvimento da pequena agricultura e sua produção sem descaracterizá-la, como já foi apontado em diferentes trabalhos (MIOR, 2005; PREZOTTO, 1997). No entanto, esta questão merece um estudo mais amplo e cauteloso que não poderá ser abarcado neste trabalho.

Outra potencialidade emergente é fomentar a cooperação entre o setor público e a sociedade civil, especialmente, os pequenos agricultores, promovendo a geração de um ambiente estimulador ao empreendedorismo e fornecendo suporte técnico necessário à formação, consolidação e desenvolvimento da agricultura familiar (MIN, 2004).

Ainda de acordo com os resultados do trabalho realizado pelo MIN (2004) na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, a atividade agroindustrial familiar apresentou crescimento, para mais de 80% das unidades entrevistadas, e para apenas 20%, este setor passa por um período de estagnação. Mesmo assim, os atuais cenários recomendam políticas públicas, com incentivos especiais, para os empreendimentos agroindustriais, por parte de órgãos governamentais e não governamentais, principalmente, “nos primeiros anos de existência de um empreendimento, especialmente, uma vez que, os índices de mortalidade de pequenos negócios podem chegar a 70%. Portanto, este é um período que se determina a vida de uma empresa ou a sua própria extinção”. (MIN, 2004, p. 89).

Mas ainda cabe destacar que nem tudo depende exclusivamente das políticas públicas, ou seja, o padrão de desenvolvimento rural de uma dada região é resultado de um gama muito variada de processos (relações sociais, cultura, organização, etc), não se restringindo às dimensões das políticas públicas (MIOR, 2005).

Destá forma, a agroindústria familiar rural, como as pesquisas demonstram, já aparece como uma das melhores alternativas para a melhoria de vida e renda da população rural, pois agrega renda, gera emprego no campo, evita o êxodo rural e

contribui para a construção da cidadania. Portanto, “a agroindústria, já passa a ser um dos instrumentos para manter os agricultores e seus familiares no campo, especialmente, após o processo migratório”, mais acentuado a partir da década de 80, ao levar para os “centros urbanos mais de 70% da população rural, proporcionando enormes problemas, de toda ordem, econômica, social, política e cultural, em grande parte das cidades brasileiras”. (MIN, 2004, p. 101).

Neste contexto para que esta atividade se constitua num verdadeiro processo de (re)valorização do espaço rural, é necessário que venha consorciada com políticas públicas que considerem a diversidade de atores sociais e redes e suas diferentes lógicas de organização da produção e consumo de alimentos. Este processo precisa também incorporar, cada vez mais, a qualidade ecológica e rural, apontando para um desenvolvimento rural sustentável e endógeno, buscando a intensificação da integração dos diversos tipos de saberes e escalas espaciais (MIOR, 2005).

Quanto à constituição de um ambiente institucional favorável, cabe destacar a discussão acerca da criação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) que tem por intuito compreender a atividade agroindustrial familiar de forma mais ampla, com uma avaliação centrada na qualidade do produto e do processo produtivo, e não mais na estrutura física dos empreendimentos, dentre outras questões. Um processo que representa a valorização das agroindústrias pelas instituições públicas, mas que precisa ser devidamente discutido.

## **Notas**

---

<sup>1</sup> De acordo com o INCRA, um módulo fiscal corresponde a uma unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda e da área utilizada.

<sup>2</sup> O PRONAF tem por objetivo construir um padrão de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares e suas famílias, objetivando aumentar e diversificar a produção, com o conseqüente crescimento dos níveis de emprego e renda, proporcionando bem-estar social e qualidade de vida (MDA, 2006).

<sup>3</sup> A opção por determinada forma para registro deve levar em conta principalmente os seguintes aspectos: a) econômicos, como a forma e os canais de comercialização e a carga de tributos que cada forma jurídica e cada produto estão sujeitos; b) os aspectos socioorganizacionais, como o número de associados no empreendimento, a participação de cada um na vida da agroindústria e a gestão social, em que as pessoas proprietárias são o centro do processo e responsáveis pelas decisões a serem tomadas democraticamente, e c) as implicações da legislação previdenciária (PREZOTTO; BAVARESCO; SILVA, 2005, p. 10).

<sup>4</sup> Denominação utilizada para preservar a identidade e a opinião dos agricultores familiares entrevistados. Na transcrição da entrevista, algumas palavras em dialeto e outras expressões foram corrigidas.

<sup>5</sup> Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural/Associação Sulina de Crédito de Assistência Rural.

<sup>6</sup> Para ampliar sua atuação, como política pública promotora do desenvolvimento local, o RS Rural, diversificou suas linhas de ação, disponibilizando, também, recursos para projetos especiais. São projetos específicos, voltados para agricultores, jovens e mulheres, que priorizam práticas coletivas, destinadas, principalmente, à qualificação das atividades de geração de renda, obtenção de novos produtos não-tradicionais e à promoção de instrumentos de acesso ao mercado. Dentre eles, o RS PANPA (Programa de Apoio a Novos Produtos Agropecuários) - estimula a diversificação de atividades e a agregação de valor aos produtos da pequena propriedade rural de base familiar. Através do incentivo à implantação de agroindústrias, possibilita novas alternativas de comercialização e propostas de novos negócios agrícolas (SAA, 2007).

<sup>7</sup> Durante a concepção da atividade houve a desistência de uma família, restando atualmente 11 famílias.

<sup>8</sup> Palavra alemã que designa uma espécie de doce consistente feito a base de melado e frutas.

<sup>9</sup> O melado não apresentava qualidade, ora porque não acertavam o ponto para tirar do fogo, ora a garapa não tinha a doçura ideal e, em outras, a máquina de bater o melado não funcionava direito. Tudo isso foi sendo descoberto aos poucos.

<sup>10</sup> O PRONAF agroindústria surgiu em 1999, através da SDR, com vários debates acerca da importância dessa atividade como estratégia para fortalecer a agricultura familiar. Inicialmente preconizava a formação de conglomerados de agroindústrias, no espaço supranacional, interligado com uma unidade central de apoio gerencial que deveria ser o eixo do processo de desenvolvimento rural sustentável. O projeto piloto do programa foi realizado no Oeste Catarinense (MIOR, 2005).

<sup>11</sup> Organização dos recursos investidos está apresentada na tabela 2.

<sup>12</sup> Conservantes convencionalmente usados na produção dos alimentos, permitindo estocá-los por mais tempo e melhor manipulá-los, mas podem prejudicar a saúde dos consumidores (PREZOTTO, 2002a, p. 293)

<sup>13</sup> Por reestruturação entende-se um processo de melhoria das instalações e equipamentos utilizados, considerando o mínimo necessário para alcançar-se os parâmetros mínimos de qualidade (SILVEIRA ; HEINZ, 2005)

<sup>14</sup> Um campo de estudo e trabalho que ainda precisa ser explorado e aperfeiçoado no município.

<sup>15</sup> O Queijo Parmigiano-Reggiano é um bem sucedido sistema de produção agrícola e industrial de um alimento de qualidade reconhecido internacionalmente, envolvendo produtores de leite, pequenos fabricantes de queijo e outros agente na região Emiglia Romana-Itália (MIOR, 2005, p. 62).

<sup>16</sup> A Ucaf é uma entidade civil sem fins lucrativos organizada em forma de associação, criada em 1999. É dona da marca coletiva "Sabor Colonial", que pode ser usada pelos produtores familiares como selo de qualidade para diferenciar seu produto no mercado (MIOR, 2005, p. 231).

## Referências

BASTOS, F. Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar: avanços e retrocessos. In: **PRONAF 10 anos: Mapa da produção acadêmica**. Brasília, 2006.

EMATER/ASCAR. **Diagnóstico da realidade municipal de Chapada**. 2002.

GUIMARÃES, G. M. **A legislação industrial e sanitária dos produtores de origem animal: o caso das agroindústrias de pequeno porte**. 2001. 146 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2001.

INCRA/FAO **Novo retrato da agricultura familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**. Brasília, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível na Internet: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php> > 01 ago. 2006.

JORNAL DE CHAPADA. **Produção de melado: outra opção de renda**. 23 jun. 2006. p. 7.

\_\_\_\_\_. **Vila Rica inaugura hoje agroindústria de mandioca**. 17 mar. 2006. p.12.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria da Agricultura Familiar. **Programa de Agroindustrialização da Produção de Agricultores Familiares – 2003/2006**. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Agricultura Familiar. **Crédito Rural: Pronaf Agroindústria Investimento e Pronaf Agroindústria Custeio**. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br/agroindustria/acoes.htm>>. Acesso em: 09 fev. 2007.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Projeto Agroindústrias Familiares - 2003**. Diagnóstico Unidades Agroindustriais – Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. Relatório Final, Francisco Beltrão/PR, 2004.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

OLALDE, A. R. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm>>. Acesso em: 05 fev. 2007.

OLIVEIRA, A. U. de. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-110.

PREZOTTO, L. L. A agroindustrialização de pequeno porte: higiene, qualidade e aspectos legais. **Revista Agropecuária Catarinense**, Florianópolis, v. 10, n. 4, p.8-13, dez. 1997.

\_\_\_\_\_. **Principais procedimentos para registrar uma pequena agroindústria**. Texto de referência – Pronaf/agroindústria. MDA/SAF, Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. Qualidade Ampla: referência para a pequena agroindústria rural inserida numa proposta de desenvolvimento regional descentralizado. In: LIMA, Dalmo M. de Albuquerque ; WILKINSON, John (Org.) **Inovações nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002a. p 285-300.

\_\_\_\_\_. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de Ciências Humanas**. EDUFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, n. 31, p.133-154, abr. 2002b.

PREZOTTO, L. L.; BAVARESCO, P. A.; SILVA, J. B. **Manual de orientações para concepção de projetos agroindustriais da agricultura familiar**. Brasília, 2005.

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR. Disponível em: <[http://www.pronaf.gov.br/quem\\_somos/perguntas2.htm](http://www.pronaf.gov.br/quem_somos/perguntas2.htm)>. Acesso em: 09 fev. 2007.

SAAFI AGRO. Sistema de Apoio à Avaliação Financeira de Empreendimentos Agroindustriais. **Fabricação de Açúcar Mascavo, Melado e Rapadura**. MDA/PRONAF. [200\_]

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **RS Rural**. Disponível em: <<http://www.saa.rs.gov.br/>>. Acesso em: 09 fev. 2007.

SILVEIRA, P. R. C. da. **Riscos alimentares em uma sociedade de risco: compreendendo o comportamento do consumidor de alimentos artesanais**. Mensagem recebida por <[prcs1064@yahoo.com.br](mailto:prcs1064@yahoo.com.br)> em 20 de dez. 2006.

SILVEIRA, P. R. C. da; HEINZ, C. Controle de qualidade normativo e qualidade ampla: princípios para re-estruturação e qualificação da produção artesanal de alimentos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGROINDÚSTRIA FAMILIAR, I, 2005, São Luis Gonzaga-RS. **Anais...**São Luis Gonzaga: URI, 2005. p. 1-9.

VIEIRA, L. F. Agricultura e Agroindústria familiar. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, n.1, p.11-23, jan./mar. 1998.

WILKINSON, J. Distintos enfoques e debates sobre a produção familiar no meio rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.1, n.3, jul/set. 2000. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/n3/index.htm>>.

\_\_\_\_\_. Mercosul e produção familiar: abordagens teóricas e estratégias alternativas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 25-50, abr. 1997.

\_\_\_\_\_. **O estado, a agroindústria e a pequena produção.** São Paulo: HUCITEC-CEPA/BA, 1986.

ZIMERMANN, S. A. **Universo alimentar e qualidade do alimento:** uma construção social. CPDA, 2006.